



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/05 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005

INSTITUI NO MUNICIPIO DE IGUAPE A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ARIOVALDO TRIGO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Iguape -Estância Balneária-, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica instituída no Município de Iguape a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo Único- O revisto no "caput" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros, praças, jardins, monumentos e assemelhados, bem como instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública no município.

Art.2º- É fato gerador da CIP, para os imóveis edificadas e cadastrados junto à concessionária, o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante a ligação regular e, para os imóveis não edificadas ou que não disponham de ligação de energia elétrica, a área total de metros quadrados de cada imóvel, localizados no território urbano, nos Distritos políticos e bairros dentro da expansão urbana do Município.

Parágrafo Único- A CIP não incidirá sobre imóveis localizados em vias e logradouros que não sejam servidos por iluminação pública.

Art.3º- Sujeito passivo da CIP são todos os proprietários, os detentores do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, localizados nas áreas urbana e de expansão urbana do município.

Art.4º- A base de cálculo da CIP, para os imóveis edificadas e cadastrados junto à concessionária, é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante nas faturas emitidas pela empresa a seus consumidores.

§.1º- Para os imóveis não edificadas ou que não disponham de ligação de energia elétrica, a base de cálculo da CIP será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula: $CIP = VT/AT \times A$, onde:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

VT = Valor total do custo dos serviços de iluminação pública a que se refere o parágrafo único do artigo 1º, do mês imediatamente anterior à cobrança;

AT = Área total de metros quadrados de todos os imóveis cadastrados na área urbana e expansão urbana do município; e

A = Área total de metros quadrado de cada imóvel sujeito ao lançamento da CIP.

§.2º-As alíquotas de contribuição conforme a tabela anexa, para os imóveis mencionados no caput do artigo 4º, são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medido em kWh.

- I - estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial com consumo mensal de até 80 kWh;
- II - estarão excluídos da base de cálculo da CIP, valores de consumo que superarem os limites estabelecidos na tabela aludida no parágrafo 2º desse artigo.
- III- a determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

Art.5º- Para os imóveis edificadas e cadastrados junto à concessionária, a CIP será lançada para pagamento, nas faturas mensais de energia elétrica.

§.1º-O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos a esta contribuição. O convênio ou contrato deverá, obrigatoriamente, prever repasse do valor arrecadado pela concessionária ao Município, restando os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§.2º-Quando ocorrer atraso no pagamento da CIP, fica atribuído o encargo de mora constituído de 2%(dois por cento) de multa, juros de 1% (um por cento) "*pro rata tempore die*" e correção monetária.

§.3º-Os valores de CIP não recebidos pela empresa concessionária de energia elétrica, serão mantidos à disposição da Prefeitura para que sejam inseridos na dívida ativa do município.

Art.6º- Para os imóveis não edificadas ou que não disponham de ligação de energia elétrica, a CIP será lançada para pagamento juntamente com o IPTU ou através de cobrança específica.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

eg

§.1º-Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

§.2º-O montante devido e não pago da CIP a que se refere o caput deste artigo será inscrito em dívida ativa após a verificação da inadimplência conforme prevê a legislação municipal em vigor.

Art.7º- Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Prefeitura.

Parágrafo Único-Para o Fundo, deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art.8º- O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação.

Art.9º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a concessionária ou permissionária do seu município, o convênio ou contrato a que se refere o artigo 5º.

Art.10- As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art.11- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IGUAPE
EM 28 DE DEZEMBRO DE 2005.

Ariovaldo Trigo Teixeira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

eg

ANEXO A LEI COMPLEMENTAR Nº 002/05

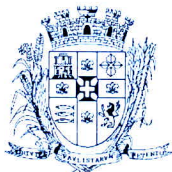
Tabela de alíquotas a serem aplicadas sobre o valor do consumo das unidades consumidoras para se obter o valor da CIP.

Residencial

| Faixa de consumo Kwh | alíquota |
|----------------------|----------|
| Até 50 | Isento |
| De 51 a 80 | Isento |
| De 81 a 140 | 5,5 |
| De 141 a 200 | 6 |
| De 201 a 300 | 6 |
| De 301 a 400 | 7 |
| De 401 a 500 | 8 |
| De 501 a 650 | 8 |
| De 651 a 800 | 8 |
| De 801 a 1000 | 9 |
| De 1001 a 1200 | 9 |
| De 1201 a 1400 | 9 |
| Acima de 1400 | 10 |

Comercial

| Faixa de consumo Kwh | alíquota |
|----------------------|----------|
| Até 100 | 5 |
| De 101 a 200 | 5 |
| De 201 a 400 | 5 |
| De 401 a 600 | 6,5 |
| De 601 a 800 | 6,5 |
| De 801 a 1000 | 6,5 |
| De 1001 a 1500 | 7,5 |
| De 1501 a 2000 | 7,5 |
| De 2001 a 2500 | 7,5 |
| De 2501 a 3500 | 5,5 |
| De 3501 a 4000 | 5,5 |
| De 4001 a 5000 | 4,5 |
| De 5001 a 7000 | 3,5 |
| Acima de 7000 | 3,5 |



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

ef

ANEXO A LEI COMPLEMENTAR Nº 002/05

Industrial

| Faixa de consumo Kwh | alíquota |
|----------------------|----------|
| Até 100 | 5 |
| De 101 a 200 | 5 |
| De 201 a 400 | 5 |
| De 401 a 600 | 6,5 |
| De 601 a 1000 | 6,5 |
| De 1001 a 1500 | 6,5 |
| De 1501 a 2000 | 7,5 |
| De 2001 a 2500 | 7,5 |
| De 2501 a 3500 | 7,5 |
| De 3501 a 4000 | 5,5 |
| De 4001 a 5000 | 5,5 |
| De 5001 a 7000 | 4,5 |
| De 7001 a 10000 | 3,5 |
| Acima de 10000 | 3,5 |

Poder Público, Serviço Público e consumo próprio

| Faixa de consumo Kwh | alíquota |
|----------------------|----------|
| Até 100 | 5 |
| De 101 a 200 | 5 |
| De 201 a 400 | 5 |
| De 401 a 600 | 6 |
| De 601 a 800 | 6 |
| De 801 a 1000 | 6 |
| De 1001 a 1500 | 7 |
| De 1501 a 2000 | 7 |
| De 2001 a 2500 | 7 |
| De 2501 a 3500 | 5 |
| De 3501 a 4000 | 5 |
| De 4001 a 5000 | 4 |
| De 5001 a 7000 | 3 |
| Acima de 7000 | 3 |